

União Nacional Para a Independência Total de Angola – UNITA



**Posição da UNITA Sobre
O Estado da Nação**

Apresentada por:

Isaías Samakuva

23 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da UNITA, Dr. Raul Manuel Danda

Excelentíssimo Senhor Secretário Geral da UNITA Franco Marcolino Nhany

Distintos membros do Comité Permanente da Comissão Política da UNITA

Digníssimos membros da Comissão Política da UNITA

Caros membros e militantes da UNITA

Ilustres convidados

Minhas senhoras e meus senhores:

No âmbito das prerrogativas que o Estado democrático nos confere, cumpre-nos transmitir hoje aos angolanos o ponto de vista da UNITA sobre o estado da Nação.

Sobre a crise social

Em Setembro de 2017, o Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço foi investido no cargo de Presidente da República, tendo prometido na altura “fazer uma aposta cada vez mais séria no sector social, implementando políticas públicas que respondam o melhor possível aos anseios e expectativas dos cidadãos, mesmo num contexto de crise financeira global”. Naquela altura, saudamos a coragem e a vontade de mudança expressas no discurso. Demos ao Senhor Presidente da República o benefício da dúvida e perguntamos se a sua intenção era salvar Angola e os angolanos ou o MPLA.

Passaram-se dois anos e continuamos a não perceber ainda as reais intenções do Senhor Presidente da República! Será que o Senhor Presidente da República quer mesmo salvar Angola e os angolanos mas no percurso foi bloqueado ou sabotado, ou o seu interesse maior é manter o MPLA no Poder?

Por que é que perguntamos isso?

Perguntamos isso porque não obstante a forte vontade que manifestou de melhorar a vida dos angolanos, a Nação angolana ficou mais empobrecida nestes dois anos e a força com o Presidente tinha começado parece ter esmorecido. A corrupção ainda vive e resistente até nas próprias altas esferas do Estado; a educação continua com os mesmos problemas. Os cidadãos queixam-se de não terem escolas suficientes para os seus filhos estudarem, mas há escolas e institutos prontos a funcionar mas encerrados há mais de 12 anos por encontrarem barreiras enormes na obtenção de licenças só porque, aparentemente não aderiram ao sistema de esquemas habituais; os próprios agentes do Estado continuam a hipotecar a dignidade dos angolanos, a proteger os criminosos e a roubar o futuro da Nação. As famílias não estão a aguentar o aumento constante do preço da fuba de milho, do arroz, do trigo e do feijão, os quatro produtos da reserva alimentar, definida pelo Executivo. O preço do pão, da água e até do saldo da UNITEL também não pára de subir numa altura em que os gastos supérfluos do Governo continuam a aumentar e não são fiscalizados. Os ex-militares não desmobilizados continuam à espera que as promessas de verem as suas pensões pagas sejam cumpridas. A intolerância política e a partidarização do Estado continuam; os problemas de falta de abastecimento de energia e de água continuam na mesma; enfim, o **País está a viver a quarta recessão económica consecutiva.** Os economistas calculam que mais de 70% da população jovem está desempregada ou ocupada em empregos precários ao passo que mais de 42% da população global é pobre. De facto, ninguém sabe qual é a taxa real de desemprego nem a taxa real de pobreza, senão as famílias que sentem na carne os seus efeitos. É verdade que a economia pode ter criado 161.997 novos empregos entre 2018 e o terceiro trimestre de 2019, mas estes ganhos já devem ter sido anulados pelo elevado número de empregos destruídos pela recessão económica.

O País não tem dinheiro e a autoridade cambial não consegue parar o aumento constante do preço do Euro e do dólar. O dinheiro que o Estado tinha foi roubado e mais de metade do dinheiro que entra, ou seja, cerca de 51%, é sacrificado para pagar juros e amortizações de uma dívida que o povo soberano de Angola e seus representantes legítimos não fiscalizam nem controlam. Como estas dívidas não foram auditadas e porque pelo menos 25% delas é falsa, como revelou há tempos a agora Senhora Ministra das Finanças, então, através do pagamento da dívida, os angolanos estão a financiar novos roubos aos cofres do Estado. Muito do dinheiro roubado está sendo injetado no mercado de câmbios, o que contribui sobremaneira para os frequentes aumentos do preço do dólar e do Euro nos mercados de câmbios.

A ideia força do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, que é *Estabilidade, Crescimento, Emprego*, falhou redondamente. Aumentou a instabilidade, o crescimento é negativo e o desemprego cresce vertiginosamente. Estamos a entrar em 2020, o terceiro ano da implementação do PND 2018-2022, que visa a promoção do desenvolvimento socioeconómico e territorial de Angola, centrando-se: na melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das famílias, na redução das desigualdades e da pobreza; na valorização, sustentável e inclusiva, dos recursos endógenos do País; no desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à população e às actividades económicas; na melhoria da gestão pública, na necessária descentralização territorial, bem como no estímulo da cidadania activa e participação na vida democrática. Que balanço se pode fazer? Quantos angolanos acreditam que estes nobres objectivos serão alcançados?

O ano vai terminar com um crescimento negativo da economia. O aumento dos preços e dos impostos ao nível em que se encontram reduziu substancialmente o consumo privado e as perspectivas de crescimento. A produção petrolífera baixou, a agricultura continua negligenciada, as estradas e outras infraestruturas continuam degradadas; a gestão pública piorou, a descentralização territorial está a ser subvertida; os poderes públicos querem impedir a participação activa e autónoma da cidadania na vida democrática dos municípios e os recursos endógenos do País estão a ser desvalorizados.

Os subsídios aos combustíveis para os sectores da agricultura e das pescas são medidas insuficientes para atenuar a crise. Já as transferências monetárias para as famílias mais pobres poderão atenuar a fome se o dinheiro não for desviado pelos labirintos do sistema e chegar de facto aos milhões de angolanos que vivem abaixo da linha da pobreza.

Tudo indica que a crise vai agudizar-se porque não se fiscaliza a execução orçamental do Executivo, não se alterou a cultura dos dispêndios, não se melhorou a qualidade da despesa pública, e o País continua a endividar-se sem parar, sendo que a dívida pública atingiu já o equivalente a 90% do Produto Interno Bruto.

A crise económica e financeira que o País vive só será ultrapassada a médio prazo se, a partir de agora, o Senhor Presidente da República se afastar decididamente da oligarquia que capturou o Estado e passar a governar para a cidadania com vista a alcançar os quatro objectivos a que se referiu na sua mensagem sobre o estado da Nação, a saber:

- Consolidar em Angola um verdadeiro Estado de Direito.
- Alterar a estrutura económica de Angola.
- Efectuar mudanças estruturais profundas.

- Alterar profundamente o paradigma da governação.

Sobre a crise política sinuosa

Minhas senhoras e meus senhores:

Há uma outra crise que ameaça o país e periga o futuro da Nação: é a crise política, que é sinuosa e à qual o Senhor Presidente da República não se referiu na sua mensagem à Nação.

Nos termos da Constituição, compete ao Presidente da República, enquanto titular do Poder Executivo, definir a orientação política do País. O Presidente da República fez esta definição quando **transformou o mote corrigir o que está mal e melhorar o que está bem em política pública com ênfase no combate à corrupção e à impunidade.**

Sabendo que a raiz de tudo o que está mal na estrutura e no funcionamento do Estado é o facto de o Partido-Estado ter sido capturado por uma oligarquia que, com base na política de acumulação primitiva de capital, construiu monopólios e cartéis para controlar a economia, subverter a soberania popular e dominar Angola, demos ao Presidente João Lourenço o benefício da dúvida.

O Presidente João Lourenço surgiu fulgurante e corajoso em defesa da Pátria ameaçada. Decretou um combate sem tréguas contra a corrupção e a impunidade. Chegou mesmo a afirmar que os primeiros a cair seriam os próprios dirigentes do MPLA. E não podia ser de outra maneira porque só os dirigentes do MPLA é que tinham e têm o controlo do dinheiro do Estado. Aprovou-se a Lei do Repatriamento Voluntário de Capitais, surgiram os primeiros processos, seguiram-se as primeiras prisões e o País alimentava a esperança de que, desta vez, a mudança chegou. Porém, a reacção não se fez esperar. As forças de bloqueio assustaram-se, mas ninguém devolveu o dinheiro roubado. **Os processos crime começaram a marcar passo nos Gabinetes da justiça e as forças de bloqueio entraram nas tocas, no seu ninho. Isto foi há um ano.**

Naquela altura, em Outubro de 2018, resumimos em duas perguntas o grande desafio que o estado da Nação colocava ao novo Chefe de Estado:

- 1- **Vai o Senhor Presidente da República responder cabalmente aos anseios dos angolanos por uma mudança efectiva do sistema, com o objectivo de salvar Angola, ou vai limitar-se a atacar alguns dos sintomas com o objectivo de salvar o MPLA?**

2- Vai o Senhor Presidente da República adoptar uma estratégia própria para libertar o Estado das armadilhas da oligarquia, ou vai mantê-lo capturado pelo sistema instalado pelo seu antecessor?

Nos últimos nove meses, os efeitos das medidas de política corretivas para a estabilização da economia afectaram mais negativamente os parcos rendimentos dos cidadãos do que os milionários rendimentos da oligarquia. Os preços sobem todos os dias, os salários não crescem, o desemprego aumenta e o Kwanza desvalorizou 43% em relação ao dólar americano. Como sobremesa, surgiu o IVA talvez num momento pouco amistoso. **Enquanto a situação económica se agrava, o combate à corrupção parece ter abrandado. A esperança que o povo alimentava de dias melhores começou a transformar-se em decepção.** E os receios que a oligarquia alimentava começaram a transformar-se em esperança, em “havemos de voltar”.

De facto, as forças de bloqueio que estão no Governo, nos Tribunais, na Banca, na academia, em todo o lado, saíram da toca, reorganizaram-se e querem atacar. Há relatos de que **sabotam** as estratégias do Presidente, **enganam** o Presidente, fornecem-lhe **informações falsas**, ora sobre o nível de execução de programas aprovados, ora sobre o apetrechamento de mediatecas, ora sobre a situação financeira e social do País real.

Querem aproveitar-se dos efeitos nocivos dos roubos que eles orquestraram e da recessão económica que eles mesmo alimentaram para denegrir a imagem do Presidente da República e minar a sua autoridade. Para a grande maioria dos angolanos, o Presidente parece ter abrandado a intensidade da sua luta contra as forças de bloqueio à mudança ou então decidiu conviver e negociar com elas.

Nesse processo de resistência à nova orientação política do País, **as forças de bloqueio reconfiguraram as alianças e procuraram novos aliados, alguns dos quais ancorados nas próprias estruturas do poder do Estado e também no seio dos partidos da oposição e da sociedade civil.** O País está perante uma nova manifestação da luta de classes que, pela primeira vez na sua história, não se confunde com as fronteiras partidárias.

Há, portanto, dois blocos em contenda:

De um lado, está **o povo sofredor**, que acreditou no patriotismo e na coragem política do Presidente para levar a cabo a mudança e aliviar-lhe do sofrimento. Do outro lado, estão **as forças de bloqueio à mudança**, que decidiram sair da toca, forjar novas alianças e combater a nova orientação política do Presidente da República.

Enquanto se trava este braço de ferro sinuoso e silencioso nos corredores do poder, cá fora, no país real, as coisas não andam, o País parou!

Esta é a natureza da crise política que vivemos. Este é o verdadeiro estado da Nação.

Esta crise sobre a qual o Presidente da República não se pronunciou na sua mensagem à Nação, não é uma crise partidária, é uma crise do Estado, porque a divisa *corrigir o que está mal e melhorar o que está bem* tornou-se uma política do Estado, que vincula todos os seus órgãos.

A crise é uma via de dois sentidos: dum lado da estrada os patriotas que pretendem resgatar a Pátria e servir o povo; do outro lado, as forças de bloqueio, que caminham pela via sinuosa do fracasso. Na crise algumas pessoas fracassam e, outras triunfam. É no epicentro da crise que surgem os grandes vencedores. Na nossa crise, o vencedor só pode ser Angola. Angola tem de vencer esta batalha pela concretização efectiva de mudanças estruturais profundas e pela alteração profunda do paradigma da governação, visando a construção de um verdadeiro Estado de Direito.

Sobre a luta que se trava hoje no país

Prezados companheiros,

Minhas senhoras e meus senhores,

O Presidente João Lourenço ouviu o clamor do povo por mudança e teve a coragem de denunciar e combater práticas antipatrióticas do seu próprio Partido e adoptar a Agenda da mudança defendida pela UNITA e pelo povo. **Com esta postura, o Presidente evidenciou o seu patriotismo, reconfigurou a natureza da luta que se trava nesse momento no País e redefiniu os seus aliados.**

A luta que se trava hoje no país não é apenas a luta contra a pobreza, contra a corrupção ou contra o desemprego. A luta principal que se trava hoje em Angola é a luta entre os patriotas, os que amam verdadeiramente Angola como sua única Pátria, e os que roubaram Angola e não querem saber do sofrimento que causam ao seu povo. É a luta entre a probidade e a corrupção. Entre a democracia e a oligarquia, entre a responsabilização e a impunidade. Entre a unidade nacional e a divisão artificial dos angolanos. Entre a igualdade de oportunidades para todos e a manutenção de privilégios para uns poucos.

Nesta luta, não há partidos, só há cidadãos. Não há governo nem oposição. Só há patriotas e não patriotas. O que distingue o patriota do não patriota não é a cor da pele, nem a patente militar, nem a folha de serviços no Partido ou no Estado. É o

comportamento do cidadão perante a Lei, perante o povo, perante os recursos do País e perante a probidade pública.

Nesta base, os angolanos não se devem olhar na base de filiação partidária; não devem olhar para a UNITA como adversários permanentes do Presidente da República. Se o Presidente da República escuta a oposição, adopta a agenda da oposição e decide governar no interesse de todos, e, por assim agir, encontra oposição no seio dos seus próprios subordinados no governo ou no seu próprio Partido, quem é a oposição ao governo? Quem são os adversários do Presidente?

Os adversários do Presidente são as forças de bloqueio à mudança. E estas forças não estão na UNITA, estão no seio do MPLA. A oposição hoje são todos os que resistem ao combate à corrupção e à impunidade. São aqueles que enganam o Presidente da República e não querem devolver o dinheiro roubado aos angolanos. São aqueles que não querem que o País corrija de facto o que está mal e melhore o que está bem.

Se por causa dos roubos praticados durante décadas a juventude não tem casas, não tem educação de qualidade, não tem emprego, não tem futuro, e por isso decide protestar, esta juventude não está contra o Presidente, porque o Presidente também quer mudar esta situação. **Então, o Presidente não precisa reprimir a manifestação dos jovens, porque eles são seus aliados. Querem apenas que o Presidente corrija o que está mal.** A Polícia deve ser orientada a fazer outra coisa porque tais manifestantes não constituem perigo para a ordem constitucional democrática nem para o Estado de direito, que está vinculado ao respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos manifestantes.

Se o Presidente pretende de facto cumprir e fazer cumprir a Constituição e a Lei, **deve garantir, no âmbito do direito à informação, que os debates parlamentares sejam transmitidos em directo aos cidadãos pela televisão pública, como se faz em todas as democracias parlamentares.** A Televisão Pública não depende da Assembleia Nacional nem do Bureau Político do MPLA, só depende do Presidente da República, enquanto titular do Poder Executivo. **Se o Senhor Presidente da República mandar fazer isso, estará mais uma vez a demonstrar o seu patriotismo, facto que irá produzir mais aliados para a luta contra a oligarquia.**

Falo não apenas como líder da oposição parlamentar, mas especialmente como conselheiro da República.

Hoje, **todos os patriotas são aliados do Senhor Presidente da República** na concretização efectiva das mudanças necessárias para o resgate da Pátria e na criação de riqueza suficiente para assegurar o bem-estar dos angolanos e o desenvolvimento do País.

A qual dos blocos se vai aliar o Presidente? Vai aliar-se aos patriotas lá onde eles estiverem, ou vai agarrar-se à oligarquia que só está no MPLA? Vai continuar a defender a causa do povo sofredor, ou vai agarrar-se àqueles que já se declararam seus inimigos?

O momento é de ponderação e de perspicácia política na análise dos fenómenos e dos comportamentos sociais.

Em nosso entender, **o Senhor Presidente da República não deve preocupar-se em salvar apenas o MPLA**. Por duas razões: **Primeiro**, porque os pilares que sustentavam o MPLA já ruíram. **Segundo**, porque uma boa parte dos dirigentes ou membros nominais do MPLA já se declararam seus adversários. São eles que em jeito de desabafo ou desespero dizem: **“se o Camarada João Lourenço continuar com estas medidas, vai acabar sozinho”**.

Perguntamos:

Sòzinho em relação a quem? Se o Presidente tiver todos os patriotas angolanos ao seu lado, isto é estar sozinho?

Não olhe para os partidos que a CNE colocou na oposição em 2017 como seus adversários, interessados apenas em contrariar os seus esforços. Hoje, os adversários da sua política de combater a corrupção e consolidar o Estado de Direito estão no MPLA. A oposição, em particular a UNITA, apenas pretende combater é pretende aliviar o sofrimento da maioria dos angolanos.

O estado da Nação ´tal que o senhor Presidente deve fazer da maioria sofredora do povo seus aliados.

Os angolanos esperam que o seu Presidente se alie aos patriotas e se coloque na vanguarda de um movimento nacional para a mudança. **Só assim, o Presidente João Lourenço terá força política e moral para liderar e gerir a mudança e não ser absorvido por ela.**

Medidas para se melhorar o que está bem

Estimados Companheiros,

Minhas senhoras e meus senhores

Na sua mensagem sobre o estado da Nação, o Senhor Presidente da República apresentou também algumas medidas perspetivadas para se melhorar o que está bem, a curto e médio prazo.

Permitimo-nos contribuir com mais algumas:

Combate à corrupção

É nossa posição que o combate à corrupção precisa de ganhar um novo fôlego para possibilitar que a transformação estrutural da economia angolana responda às necessidades do desenvolvimento. As medidas para se melhorar o combate a corrupção poderão incluir a erradicação formal da política de acumulação primitiva de capital; a institucionalização efectiva da **Alta Autoridade Contra a Corrupção**; a nomeação de uma reputada entidade da sociedade civil para dirigir a Alta Autoridade Contra a Corrupção; e a redefinição do papel especial do MPLA como colaborador institucional da Alta Autoridade Contra a Corrupção no apuramento dos factos estruturantes que institucionalizaram o fenómeno da corrupção em Angola.

Privatizações e Confiscos Para a Recuperação de Activos

A intenção de privatizar empresas ou activos pode ser uma medida acertada, pois o Estado não precisa de estar directamente envolvido na titularidade e na gestão de actividades estratégicas para garantir o seu controlo. Porém, é preciso ir um pouco mais além. As 195 empresas e activos listados para privatizar representam apenas uma parte, porque são conhecidos e estavam registados na contabilidade da Sonangol, que serviu de tesouraria para pagar a respectiva aquisição.

Há muitos activos espalhados pelo País que aparentemente não têm dono, mas são do Estado porque foram adquiridos com dinheiro do Estado e nunca foram registados como propriedade do Estado. Estes activos, na sua maioria adquiridos no âmbito da política de acumulação primitiva de capital, **devem ser confiscados** para depois serem privatizados, se for caso disso, e o produto da venda servir o bem comum.

Só o confisco cautelar de activos conhecidos, móveis e imóveis, domiciliados ou localizados no País ou no estrangeiro, independentemente da sua situação registral, poderá garantir o êxito da recuperação coerciva de activos roubados, construídos ou adquiridos com fundos desviados do Estado.

Ex-militares e antigos combatentes

É preciso garantir a universalidade dos benefícios da segurança social para os ex-militares e garantir a sustentabilidade do sistema de segurança social para todos por via de programas inovadores.

Liberdade de informação, expressão e imprensa

Há mais abertura e mais liberdade de expressão. Isto está bem, mas é preciso melhorar. As medidas para abrir e arejar mais ainda os órgãos de comunicação social poderão incluir acabar com o privilégio concedido ao Partido que governa para impor a censura não escrita; eliminar o Ministério da Comunicação Social; promover e apoiar os esforços da classe jornalística para a autorregulação e promover a melhoria geral da qualidade do serviço público de comunicação.

Sobre as Autarquias Locais

Compatriotas, Minhas senhoras e meus senhores:

O estado da Nação sobre as autarquias locais é o seguinte: Logo no início de 2018, o Presidente propôs e o país concordou com a implementação das autarquias em 2020, com o Partido Estado a pretender estender o processo por 15 anos e todas as outras forças políticas a defenderem a implementação das autarquias simultaneamente, em todo o País. No final do ano de 2018, por ocasião da sua mensagem à Nação, o senhor Presidente da República reduziu o prazo inicialmente avançado para se completar o processo, de 15 para menos de 10 anos e referiu o assunto para posteriores acertos em sede do Parlamento.

Em Junho de 2019, porém, ao invés de se avançar com o processo de descentralização, o Executivo recuou, tendo decidido fazer o contrário: reforçar a centralização e a partidarização do Estado ao nível local. Para o efeito, quantificou alguns dos projectos inscritos no OGE e procurou financiá-los com a verba desviada de dois mil milhões de dólares, então recuperada do Fundo Soberano e que não estava inscrita no OGE. **A esta manobra chamou-se PIIM, Plano Integrado de Intervenção nos Municípios.**

É nossa convicção que este Plano centralizado e partidarizado é apenas uma fórmula aparentemente administrativa para se utilizarem recursos públicos para se obterem ganhos político-partidários, e, assim, ofender o princípio da autonomia local e defraudar o processo de democratização do País ao nível local, visando as autarquias.

Se assim não fosse, o governo institucionalizaria primeiro as autarquias para permitir que os órgãos autónomos do poder local, as autarquias, implementassem cada uma o seu “PIIM”, com os mesmos recursos financeiros que o MPLA vai transferir aos seus administradores e secretários municipais, e só a eles, para lhes permitir continuar a governar o território das autarquias sem se submeter à eleição dos cidadãos, obtendo, assim, ganhos político-partidários.

Tanto é assim que, nos círculos do poder, a euforia à volta das autarquias abrandou de tal forma que os angolanos começaram a duvidar da vontade política

do Estado de implementar as autarquias em 2020 com o mesmo zelo e determinação com que pretende concretizar o PIMM em 2020.

As dúvidas aumentam quando se constata que o Ministério das Finanças cortou o orçamento da Comissão Nacional Eleitoral, o que não lhe permite programar as suas actividades com racionalidade económica, eficiência administrativa e segurança jurídica. A CNE não tem verbas sequer para pagar as despesas com o pessoal, consagradas por lei, especialmente aos comissários municipais eleitorais incumbidos de organizar as eleições autárquicas.

Desta vez, o Senhor Presidente da República fez silêncio sobre o calendário eleitoral autárquico. **O País tem ou não dinheiro para se organizarem as eleições autárquicas?** O Presidente quer mesmo descentralizar e partilhar o poder executivo com a cidadania de outras cores políticas? Há ou não vontade política para se produzir e validar registos fiáveis do local de residência dos eleitores por município? **Há ou não vontade política para se rever a lei eleitoral e corrigir-se o que está mal em matéria de isenção, composição, desempenho e probidade da Comissão Nacional Eleitoral?** Ou acha o Senhor Presidente da República que precisa de reequacionar as prioridades do País?

O importante é dialogar com vista a construírem-se, entre os patriotas, os consensos necessários para que o País se prepare bem para as autarquias serem implantadas em todos os municípios na mesma altura e sejam elas a estruturar e implementar programas de emergência nacional para ajudar a tirar o país da crise, em particular nas áreas da educação, saúde, habitação, emprego e segurança social.

A UNITA está disponível para apresentar e discutir com as forças patrióticas um Plano de Acção com esta finalidade.

O **Plano de Acção** inclui, por exemplo, relativamente a cada autarquia, a definição dos respectivos limites territoriais, o inventário do equipamento e do acervo documental a transferir do Estado para as autarquias, o âmbito das atribuições e competências a transferir do Estado para cada autarquia, o recrutamento, selecção e formação dos recursos técnicos de apoio, os acessos aos sistemas digitais de execução orçamental e às plataformas informacionais do Estado, os mecanismos de gestão de potenciais conflitos, a extinção dos governos provinciais, o papel das autoridades tradicionais, a necessidade de actualização e certificação das bases de dados do registo eleitoral e a reestruturação da Comissão Nacional Eleitoral.

Conclusão

A crise que assola o país só pode ser superada com patriotismo e unidade na acção. O patriotismo exige que o Presidente assuma a vanguarda de um amplo movimento nacional de mudança e se alie ao País, e não a partidos, e que priorize os mais vulneráveis, e não as elites abastadas.

O Presidente da República não se deve preocupar com o MPLA, porque os pilares que sustentavam o MPLA já ruíram e muitos dos seus dirigentes já se declararam inimigos do Presidente. A política do Estado não é unidade em torno do que está mal nem é assegurar a estabilidade baseada no compadrio e nos privilégios de alguns, à custa do sofrimento da grande maioria de angolanos. **Ser patriota hoje é ter a coragem de romper com o passado e dar ao País um novo começo.**

Muito obrigado.